

Niterói no mapa da riqueza: município é o quinto mais rico do país, segundo FGV

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Estudo da Fundação Getúlio Vargas mostra que a desigualdade cresceu no Brasil; classe média foi quem mais perdeu

Niterói é o quinto município mais rico do Brasil. A informação consta no Mapa da Riqueza, estudo divulgado nesta terça-feira (14), pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Social). O estudo foi feito unindo a base de dados do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) à da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A principal conclusão a que os pesquisadores chegaram é que “a desigualdade de renda no Brasil é ainda maior do que o imaginado”.

De acordo com o Mapa da Riqueza, os municípios brasileiros (acima de 50 mil habitantes) com mais renda do IRPF por habitante são:

Nova Lima na Grande BH, MG (R\$ 8897),
Santana do Parnaíba, SP (R\$ 5791),
São Caetano do Sul, SP (R\$ 4698),
Florianópolis, SC (R\$ 4.215),
Niterói, RJ (R\$ 4192),
Santos, SP (R\$ 3783).

Por Unidade da Federação, o ranking dos mais ricos é o seguinte:

Brasília (R\$ 3148)
São Paulo (R\$ 2063)
Rio de Janeiro (R\$ 1754)

Por capitais, o ranking das mais ricas é o seguinte:

Florianópolis, SC (R\$ 4215)
Porto Alegre, RS (R\$ 3775)
Vitória, ES (R\$ 3736)

O estudo detectou que a Unidade da Federação com a menor declaração de patrimônio por habitante é o Maranhão (R\$6.3 mil). Na maior, que é Brasília, a principal concentração de riqueza é na região do Lago Sul (R\$1,4 milhão). A renda por habitante no bairro é de R\$ 23.241,00, ou seja, três vezes maior que o município mais rico do Brasil, que é Nova Lima.

Desigualdade

– A desigualdade, quando a gente combina dados do imposto de renda com as pesquisas domiciliares, ela se apresenta bem mais alta, e a mudança dela na pandemia não foi de queda como se acreditava, mas de um pequeno aumento – explicou o diretor da FGV Social, Marcelo Neri, em entrevista à Agência Brasil.

Segundo o professor, a renda dos mais ricos revelada no imposto de renda é mais alta do que é captado pela Pnad, como informa:

– Se a pessoa declara imposto de renda, declara o que ela tem, se não paga imposto à toa, então há desigualdade por captar mais a renda dos mais ricos. E durante a pandemia, o grupo do meio, a classe média, não teve o auxílio e também não tinha renda do capital para estabilizar o choque adverso – disse ele acrescentando que essa parcela, classe média, ainda teve mais efeitos com as perdas de empregos.

A pesquisa mostrou que o índice de Gini (instrumento matemático utilizado para medir a desigualdade social de um determinado país) chegou a 0,7068 em 2020. O valor é superior ao 0,6013, calculado apenas na Pnad Contínua. Cada 0,03 ponto corresponde a uma grande mudança da desigualdade.

Conforme o cálculo do Gini, quanto mais perto de 1 está o indicador, maior é a desigualdade. De acordo com a pesquisa, a pandemia do Coronavírus também é responsável por influenciar a desigualdade. Outra conclusão do estudo é que, diferente do que se pensava, mesmo com o Auxílio Emergencial, a desigualdade brasileira não recuou durante a pandemia. Com a metodologia usual do Gini o patamar teria passado de 0,6117 para 0,6013. No entanto, com a combinação das bases, o indicador vai de 0,7066 para 0,7068.

Neri destacou que as perdas dos mais ricos (os 1%) foi de 1,5%, nível menor do que a metade da classe média, que ficou em 4,2%, e se tornou, segundo o professor, a grande perdedora da pandemia.

– Embora a renda dos mais pobres tenha sido protegida pelo Auxílio Emergencial, a renda da classe média teve uma queda quase três vezes maior do que a do topo da distribuição. Foi [queda de] 4,2% para a classe média e menos 1,2% para o topo da distribuição. A fotografia da desigualdade e o filme da pandemia são piores do que imaginavam. Essa é uma imagem mais macro da pesquisa – observou.

De acordo com Neri, o estudo mapeia fluxos de renda e estoques de ativos dos mais ricos brasileiros a partir do último IRPF disponível. Esta análise, segundo ele, é útil para desenho de reformas nas políticas de impostos sobre a renda e sobre o patrimônio.

– Assim, podemos pensar os critérios? para declaração do imposto de renda como uma linha de riqueza que permite identificar os residentes no país com maior poder de compra – informou.

Na sua opinião, a perspectiva de melhoria na desigualdade é o pagamento de um novo Bolsa Família, “que é importante para os mais pobres”, com um orçamento maior este ano, mas para os anos seguintes ainda não está definido.